



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

4º Tri

Janeiro | 2024

Relatório de Atividades

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário-Executivo Adjunto

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

Secretária Nacional de Planejamento

Leany Barreiro de Sousa Lemos

Secretário de Orçamento Federal

Paulo Roberto Simão Bijos

Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Renata Vargas Amaral

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Sergio Pinheiro Firpo

Secretário de Articulação Institucional

João Victor Villaverde de Almeida

Consolidação e Revisão

Juliana Damasceno de Sousa
Marcus Thulio Rocha Bezerra
Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla

Foto de Capa: 07.11.2023 – Ministra Simone Tebet entrega ao Presidente da República Relatório do Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano, no Palácio do Planalto. Brasília - DF – Ricardo Stuckert / PR

Arte

Projeto gráfico e arte: Viviane Barros
Estagiária de arte: Rayane Amorim

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Ministério do Planejamento e Orçamento

gov.br/planejamento



Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministério do Planejamento e Orçamento: relatório trimestral [recurso eletrônico] / Ministério do Planejamento e Orçamento. – Brasília: MPO, 2024.

v.4 (41 p.): il., fotos, color.

1. Planejamento e Orçamento. 2. Administração Pública. 3. Relatório. I. Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

Planejamento e Orçamento. 2. Administração Pública. 3. Relatório. I. Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). CDD 351

Sumário

1. Destaques	6
2. Planejamento Estratégico Institucional	7
3. Governança	9
4. Avaliação de Políticas Públicas	11
5. Gestão do processo orçamentário federal	15
6. Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis.....	22
7. Gestão do processo de submissão e avaliação de projetos do setor público, a fim de obter financiamentos externos	27
8. Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais.....	31
9. Articulação e gestão da agenda de integração e desenvolvimento sul-americano	33
10. Dados e Pesquisa.....	35

Carta da Ministra

É com grande satisfação que apresento o último relatório trimestral Ministério do Planejamento e Orçamento para 2023. Nos últimos três meses do ano, seguimos com a missão de reconstrução iniciada em 1º de janeiro, quando assumi o ministério recriado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Reconheço que, desde então, o plantio junto a minha equipe para retomada do planejamento nacional enquanto pasta e prática já rendeu frutos significativos para o presente e perspectivas promissoras para o futuro.

Começo destacando a aprovação do novo Plano Plurianual (PPA) pelo Congresso Nacional, sancionado sem vetos em 11 de janeiro de 2024. O PPA mais participativo, moderno e inovador trouxe cinco agendas transversais (criança e adolescente, povos indígenas, mulheres, igualdade racial e ambiente), junto à inovação dos indicadores chaves nacionais e metas para maior transparência na prestação de contas à população. Temos, enfim, uma bússola para nos direcionar nas prioridades dos próximos quatro anos, agora em Lei: combate à fome e redução de desigualdade, educação básica, atenção primária e especializada no âmbito da saúde, Novo PAC, neindustrialização, trabalho e renda e combate ao desmatamento, além do enfrentamento à emergência climática.

Em conformidade com o PPA, publicamos nosso Planejamento Estratégico Institucional (PEI)¹, consolidando nossa rota de reconstrução da instituição. Depois da escuta ativa ao redor do país, era hora de ouvir e planejar dentro de casa. Construído de forma participativa, o Plano reflete o nosso consenso e compromisso institucional para aprimorar e fortalecer a atuação do MPO. Com a melhor compreensão da realidade organizacional do MPO a partir deste instrumento de transparência, explicitamos o papel crucial deste ministério como base para um Estado robusto e estratégico.

O documento trimestral a seguir passa a ser estruturado a partir dos macroprocessos definidos no PEI. Torna-se, portanto, uma ferramenta fundamental para monitorar o progresso em relação aos objetivos estratégicos estabelecidos e consiste, simultaneamente, numa peça de gerenciamento interno e comunicação institucional.

No trimestre em questão, destaco também a publicação do Plano de Dados Abertos (PDA) desta Pasta, contendo as ações necessárias para disponibilização de nossas bases de dados em formato aberto e viável ao exercício do direito de acesso à informação. A partir dessa iniciativa, o MPO alcança 100% de transparência ativa, de acordo com as informações exigidas na legislação e monitoradas pela Controladoria Geral da União.

¹ O PEI foi aprovado pelo Comitê Ministerial de Governança - CMG, por meio da Resolução CMG/MPO nº 2, de 13 de novembro de 2023

Importante ressaltar ainda nosso compromisso de integrar a avaliação ao processo do planejamento, promovendo avanços no Ciclo de Gestão. Nessa perspectiva, o PPA 2024-2027, sancionado em 11 de janeiro de 2024, estabelece que a avaliação será realizada pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), havendo a possibilidade de participação do órgão central de planejamento e orçamento e órgãos setoriais, em colaboração com o CMAP, conforme estabelecido pelo Poder Executivo Federal. No campo orçamentário, destaca-se ainda a materialização da modernização orçamentária no Projeto Romano: “R” de revisão do Gasto; “O” de Orçamentação de Médio Prazo; “M” de Metas Físicas; “A” de Agendas Transversais; e “NO” de Nova Lei de Finanças.

Realizamos também a entrega do relatório do Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano ao Presidente, produto de diversas reuniões com diferentes órgãos do governo federal e com os Estados que fazem fronteira com países da região. A partir desse diálogo, o Subcomitê mapeou 9 mil obras do Novo PAC e identificou 124 projetos com potencial de integração e desenvolvimento regional, dando origem a cinco rotas de integração que levarão à frente a missão desenvolvimento regional: Ilha das Guianas; Multimodal Manta-Manaus; Quadrante Rondon; Capricórnio; e Porto Alegre-Coquimbo.

Somando forças em prol deste compromisso, assumido durante o Consenso de Brasília, encontro que reuniu líderes dos 12 países América do Sul, destaco o acordo de cooperação firmado pelo BNDES, CAF, BID e FONPLATA. A iniciativa coloca à disposição dos projetos de integração US\$ 10 bilhões (cerca de R\$ 50 bilhões) para o apoio financeiro e técnico a projetos estratégicos, principalmente de infraestrutura.

A importância do multilateralismo refletiu-se ainda no nosso esforço para quitar dívidas atrasadas. Em 2023, pagamos R\$ 4,6 bilhões em compromissos financeiros com instituições internacionais, distribuídos entre contribuições regulares a organismos internacionais, integralizações de cotas de bancos multilaterais e recomposições de fundos internacionais. A partir desse quadro de adimplência, contribuímos para fortalecer a imagem do Brasil no cenário internacional global e regional e a capacidade de atuação diplomática em prol dos interesses nacionais e dos princípios que regem a política externa brasileira.

Por fim, expresso mais uma vez minha gratidão a todos os envolvidos neste ano de muito trabalho. Seguiremos comprometidos para que nossas metas sejam alcançadas e aprimoradas. Para isso, desejo que a confiança construída neste primeiro ano seja fonte de inspiração para novos e maiores desafios.

Boa leitura,

Simone Tebet

Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento

1. Destaques

Grupo de trabalho de
Revisão de Gastos Federais
Melhoria da
qualidade e do
controle
orçamentário



Lançamento do
**Integridade
Planejada**
Programa de Integridade
conjunto: **MPO, Ipea e IBGE**



PPA 2024-2027
R\$ **13,3**
trilhões
estimados
5 Agendas Transversais
6 Prioridades de Governo



100%
Transparência Ativa
Conforme Monitoramento da CGU



Regularização de
Pagamentos a
**Organismos
Internacionais** R\$ **4,6**
bilhões
quitados até
em 2023



PLOA 2024
R\$ **5,54** trilhões
Mínimo da **Educação**
aumento de R\$ 8,5 bilhões
Mínimo da **Saúde**
aumento de R\$ 50,3 bilhões



Aumento real para o
**salário
mínimo**
R\$ **1.421**



Foram consultados
11 estados
brasileiros de fronteira
para integração
Sul-Americana

Subcomitê de
**Integração e
Desenvolvimento
Sul-Americano**



Elaboração: SE/MPO

2. Planejamento Estratégico Institucional

O colegiado do Comitê Ministerial de Governança do Ministério do Planejamento e Orçamento – CMG/MPO aprovou, em 06 de novembro de 2023, o Plano Estratégico Institucional do Ministério (PEI/MPO) durante sua 3ª reunião extraordinária.

O PEI/MPO estabeleceu três aspectos cruciais do Ministério: (i) a identidade organizacional; (ii) o mapa estratégico; e (iii) os resultados-chave.

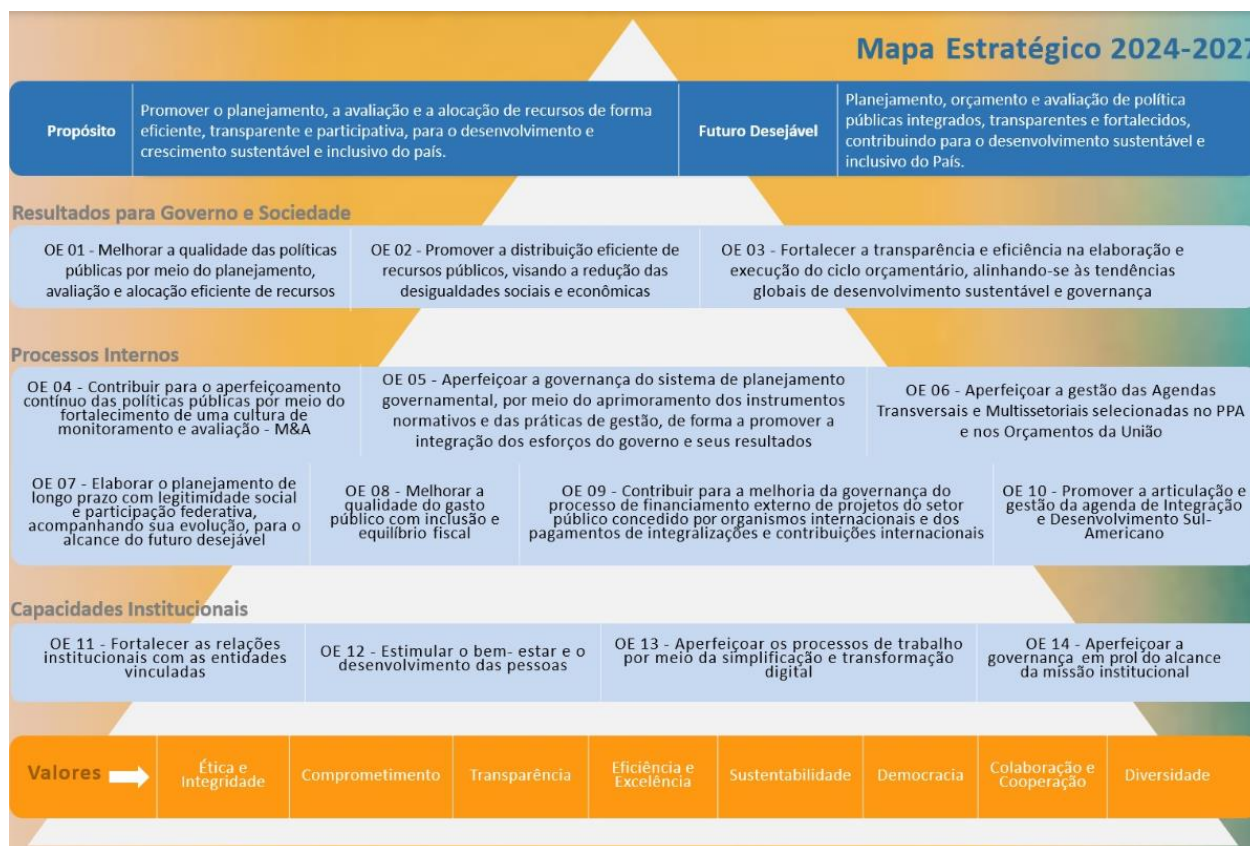
A identidade organizacional compreende o estabelecimento da cultura e da razão de ser da instituição, traduzida pelas declarações de propósito, futuro desejável e valores:



O mapa estratégico oferece uma representação visual da estratégia do MPO para seus servidores e partes interessadas. Ele é embasado em três perspectivas: resultados para a sociedade e governo, o que reflete o valor gerado pelo MPO para a coletividade e seus parceiros; processos internos, identificando os procedimentos críticos para criar e entregar valor à sociedade e ao governo; e, por fim, capacidades institucionais, que engloba a compreensão dos ativos intangíveis da organização.

Os objetivos estratégicos, por sua vez, assumem o posto de destaque neste importante desenho estratégico. São os alvos ambiciosos que a organização busca conquistar, não apenas para cumprir com sua missão, mas para alçar na direção da visão de futuro que lhe é peculiar. A concepção desses objetivos, elaborada com base no diagnóstico organizacional, confere-lhes o peso da relevante missão de serem

alocados nas perspectivas do mapa estratégico, onde atuam em harmônica interdependência de causa e efeito.



Por fim, foram definidos os resultados-chave para o alcance de cada objetivo estratégico. Estes serão avaliados e revistos anualmente, de modo que a cada ano as equipes tenham um desafio atualizado e condizente com o contexto de cada momento.

Para mais informações acesse: [Planejamento Estratégico e Institucional - PEI — Ministério do Planejamento e Orçamento \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/planejamento).

3. Governança

Comitê Ministerial de Governança aprova o Plano de Integridade do MPO

Fruto do Programa Integridade Planejada, programa de integridade conjunto do MPO com as suas entidades vinculadas – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Comitê Ministerial de Governança aprovou, por unanimidade, o Plano de Integridade do MPO para o biênio 2024-2025, por meio de processo deliberativo eletrônico realizado entre 20 e 22 de dezembro.

O Plano, construído de forma colaborativa por todas as unidades do Ministério, a partir das discussões ocorridas no Subcomitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade – SRTCI, contempla 62 (sessenta e duas) ações para o ano de 2024, sob a responsabilidade de diversas Secretarias e unidades, organizadas a partir dos seguintes tópicos: Prevenção e detecção; Responsabilização e Sanções; Transparência e Acesso à Informação; Promoção da Democracia e Diversidade; Parcerias Externas; e Monitoramento e Avaliação. Todas as ações fazem referência a princípios e eixos estabelecidos pelo Programa Integridade Planejada.

Um dos destaques do Plano relaciona-se à dimensão "transparência", aspecto fundamental da integridade que contribui para a eficiência, a legitimidade e a responsabilidade das ações governamentais. Por meio de 22 (vinte e duas) ações propostas no Plano, o MPO tornará mais acessíveis ao público aspectos relacionados ao planejamento governamental, à elaboração e acompanhamento do orçamento, às políticas públicas avaliadas, e ao processo e resultados da submissão de projetos financiados por organismos internacionais.

Estão também previstas no Plano ações de gerenciamento e monitoramento dos riscos à integridade da instituição, bem como de fortalecimento das funções de integridade organizacional. Além disso, o Plano de Integridade traz como inovação ações de promoção da democracia e diversidade, com seminários, cartilhas e curadoria cultural. O diferencial deste Plano é a incorporação da evolução do conceito de integridade institucional, que requer foco na entrega de bens e serviços públicos de qualidade à sociedade, com sustentabilidade, inclusão e diversidade.

As deliberações do CMG e de seus colegiados podem ser encontradas em link próprio do sítio eletrônico do MPO: [Comitê Ministerial de Governança — Ministério do Planejamento e Orçamento \(www.gov.br\)](http://www.gov.br).

Transparência

A transparência, um dos princípios de governança pública, é fundamental para garantir o acesso à informação e viabilizar a participação e o controle sociais. Consiste, também, num dos principais mecanismos para fomento da integridade nas instituições e para ampliação da confiabilidade da sociedade na administração pública, ao evidenciar que as decisões do órgão buscam exclusivamente o interesse público.

Mantendo o compromisso com a transparência, o Ministério publicou seu Plano de Dados Abertos - PDA para o biênio 2024-2025, documento que contém as ações para disponibilização de suas bases de dados no formato aberto, contribuindo para o exercício do direito e do acesso à informação.



Este Plano evidencia o empenho da instituição em assegurar o acesso à informação íntegra, atualizada e de qualidade e pode ser consultado no site do MPO em “Acesso à Informação => Dados Abertos” ou clicando [aqui](#).

Mediante a publicação do PDA, o Ministério do Planejamento e Orçamento alcançou, no 1º ano de sua recriação, 100% de transparência ativa ao disponibilizar em seu site todas as informações exigidas na legislação e monitoradas pela Controladoria-Geral da União – CGU. No site do MPO, o cidadão encontra, entre outras, informações claras, íntegras e confiáveis sobre a estrutura e as competências do órgão, seus atos normativos, ações e programas, mecanismos de participação social, bem como os canais de atendimento à população.

4. Avaliação de Políticas Públicas

Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas – Ciclo 2023

Em continuidade com a perspectiva de aperfeiçoamento dos trabalhos do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, estão em andamento avaliações para políticas no âmbito do Ciclo 2023. Essas avaliações estão sendo executadas em consonância com as diretrizes para aprimoramentos futuros apresentado no [Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas – ano base 2022](#). Sendo assim, todas as avaliações são do tipo executiva e são coordenadas pela equipe do MPO ou pelo Ipea, que tem trabalhado para que haja uma troca frequente ao longo de todo o processo avaliativo, tanto com gestores quanto entre avaliadores. Entre os meses de setembro e dezembro, mais de 50 horas de oficina foram facilitadas pela equipe da SMA para apoiar as avaliações, além de outros momentos de troca e escuta com gestores e entre avaliadores.

Importante também destacar que, durante o segundo semestre, avançou-se no aprimoramento dos critérios e da metodologia de seleção para avaliação e uma nova resolução será publicada em breve. Esse avanço também segue as diretrizes aprovadas pelo Conselho.

Destaca-se adicionalmente o fortalecimento da conexão entre as funções de planejamento e avaliação. O PPA-2024 sancionado em 11 de janeiro traz, em seu artigo art. 17, §1º, que “(a) avaliação do PPA-2024-2027 será realizada pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas – CMAP, e poderá ser realizada pelo órgão central de planejamento e orçamento e pelos órgãos setoriais, em articulação com o CMAP, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal”. É a confirmação do compromisso de fazer avaliação e planejamento caminharem juntos, se alimentando continuamente.

Parceria para avaliações *ex-ante*

Na agenda de avaliações *ex-ante*, o MPO tem desenvolvido trabalhos com diversos parceiros – incluindo Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Meio

Ambiente e Mudança do Clima (MMA). O MPO incentiva e está aberto a atuar em parceria com ministérios e demais órgãos da administração pública na formulação de avaliações *ex-ante* de políticas públicas.

Até o final do último trimestre, 11 políticas públicas haviam passado por trilhas de aperfeiçoamento, sendo que quatro políticas já estavam com as trilhas finalizadas.

Parcerias para avaliações *ex-ante*

MEC

- Abertura de cursos de medicina no âmbito do “Mais Médicos”
- Alfabetização de Jovens e Adultos

MF

- Desenrola

MDIC

- GT do Simples
- Zona de promoção de exportações

MPO

- Cofiex

MMA

- Bolsa Verde

CC

- Qualifica PAC

MDR

- Fundos Constitucionais

MS

- Piso da Enfermagem

MEMP

- Política nacional de micro, pequenas e médias empresas

Fonte: Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos/MPO, 2023.

Seminário sobre agenda ambiental

Em 23 de novembro de 2023, o MPO, conjuntamente com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) realizou o [2º Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público](#), que reuniu representantes de nove ministérios para abordar a transversalidade da agenda ambiental como estratégia para enfrentar os desafios climáticos globais, acabar com a desigualdade social no Brasil e promover o desenvolvimento sustentável. Ao todo, 25 (vinte e cinco) ministérios integram a agenda transversal de meio ambiente, contendo 50 (cinquenta) programas, 113 (cento e treze) objetivos, 372 (trezentos e setenta e duas) entregas e 150 (cento e cinquenta) medidas institucionais e normativas.

O evento, que contou com as ministras de estado Simone Tebet e Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima), enfocou a agenda ambiental como um vetor crucial para o desenvolvimento econômico e social sustentável do Brasil. Destacando a transversalidade da pauta ambiental, o evento reuniu especialistas e autoridades governamentais que ressaltaram a necessidade de um diálogo constante entre diferentes esferas do governo e a sociedade. As discussões abordaram desde a importância de enfrentar as mudanças climáticas até a integração da sustentabilidade nas políticas públicas e orçamentárias. A ênfase foi disposta no potencial de crescimento e inovação que a agenda ambiental apresenta, não apenas para fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, mas também para promover uma transformação ecológica abrangente em diversas áreas, incluindo agropecuária, energia e finanças.

Boletins com análises de políticas públicas

Continuando a estratégia de comunicação cidadã sobre os resultados do CMAP, mais dois boletins foram lançados, permitindo fácil entendimento dos resultados das avaliações do CMAP: “[Dependência da soja traz desafios ao biodiesel](#)”; e “[Conta de Desenvolvimento Energético](#)”.

GT de Revisão do Gasto

Após a publicação da [Portaria GM/MPO nº 253, de 12/09/2023](#), o Grupo de Trabalho de Revisão de Gastos Federais iniciou seus trabalhos, com o lema “Revisar para repriorizar”. Conforme a portaria, o grupo proporá metodologia para a institucionalização do processo de revisão de gastos; identificação de políticas públicas ou programas governamentais, financiados por gastos diretos ou subsídios, que serão objeto de revisão; indicação de opções de economia de recursos e realocação da programação orçamentária da política ou do programa revisado, por meio do aperfeiçoamento das dimensões de economicidade, eficiência, custo-efetividade, entre outras; e promoção do processo de integração entre os diferentes órgãos e entidades do Poder Executivo federal, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público ao processo de revisão de gastos.

O prazo para conclusão das atividades será de 12 meses, contados a partir da primeira reunião, realizada em 27/10/2023. Relatórios das atividades, preferencialmente trimestrais, serão encaminhados à ministra de estado. O plano de trabalho prevê, dentre outras etapas, a elaboração de inventário de falhas de desenho e execução já identificadas em avaliações governamentais, com eventuais estimativas de economia via melhoria da qualidade do gasto; e a submissão do inventário à Junta de Execução Orçamentária (JEO) para conhecimento e providências cabíveis.

O grupo é coordenado pela Secretaria - Executiva do MPO e possui integrantes da Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), com representantes do Tesouro Nacional na condição de convidados.

GT de Revisão do Gasto – Entregas e premissas



Fonte: Grupo de Trabalho de Revisão de Gastos Federais /MPO, 2023.

5. Gestão do processo orçamentário federal

Agenda de Modernização Orçamentária: Orçamento por Desempenho 2.0 ou Projeto Romano

Em 28 de novembro foi lançado pelo MPO o projeto ROMANO, que resume em uma palavra as 5 inovações do órgão para o orçamento brasileiro. A abordagem de orçamentação por desempenho pode ser sintetizada pelo preceito de que “toda variação de recursos deva corresponder a uma variação de resultados esperados”. Em outras palavras, ao alocar recursos durante a elaboração do orçamento, espera-se identificar o montante associado a cada entrega. Nesse sentido, torna-se possível, em momento posterior a execução orçamentária, verificar se as entregas foram realizadas. Essa agenda, assim definida, recebeu a denominação de Orçamento por Desempenho 2.0 ou Projeto Romano e contempla cinco eixos:

R de revisão do Gasto

O de Orçamentação de Médio Prazo

M de Metas Físicas

A de Agendas Transversais

NO de Nova Lei de Finanças

- (i) Revisão do Gasto: o principal objetivo é examinar as despesas passadas, identificar áreas de desperdício, avaliar a eficácia dos investimentos e fazer ajustes estratégicos para otimizar o uso dos recursos financeiros disponíveis. Essa prática é essencial para manter a saúde financeira e garantir a alocação adequada de recursos para atender às metas e necessidades prioritárias do governo. Os desenvolvimentos deste tema no 4º trimestre de 2023 foram detalhados na seção anterior, no tópico “GT de Revisão de Gastos – entregas e premissas”.
- (ii) Orçamentação de Médio Prazo: permite ampliar o horizonte alocativo para além do ano calendário anual, ajudando a remediar a “miopia alocativa”, ou seja, a limitada perspectiva temporal na alocação de recursos.

A orçamentação de médio prazo requer mudanças de paradigma e de maneiras de trabalhar nos seguintes aspectos: (1) na tomada de decisão: (1.1) avaliar crescimento das despesas no tempo e seu efeito no espaço fiscal/envelope setorial; (1.2) olhar sobre a despesa global dos órgãos (e suas trajetórias) e as escolhas feitas/mantidas, incentivando proposição de ajustes; e (1.3) enxergar efeito das decisões alocativas presentes no futuro; (2) na elaboração das propostas setoriais: captação e ajustes da proposta orçamentária combinada com a previsão de despesas para exercícios seguintes; e (3) na consolidação da proposta orçamentária: (3.1) compatibilização entre PLOA e previsão de despesas; e (3.2) evidenciação da previsão de despesas.

Para a orçamentação de médio prazo é preciso: (i) fortalecer o marco fiscal de médio prazo – MFMP, sendo que o MFMP já dispõe de: (1) boletim macrofiscal; (2) panorama macroeconômico;

Orçamento de Médio Prazo (OMP)



(iii) Metas físicas: Trata-se da conexão do orçamento à realidade prática, tendo a entrega efetiva e quantificável de cada política pública.

(iv) Agendas transversais: O Plano Plurianual (PPA) para 2024-2027 introduziu uma abordagem inovadora com a definição de cinco agendas transversais: focadas em mulheres, igualdade racial, povos indígenas, questões ambientais, e crianças e adolescentes. Essas agendas representam áreas-chave nas quais o plano visa integrar considerações específicas em todas as políticas e programas governamentais. A intenção é garantir que essas perspectivas sejam também incorporadas em todas as etapas do processo orçamentário. No caso, por exemplo, da igualdade de gênero nas políticas públicas, o debate ganha cada vez mais destaque no cenário do orçamento público federal. Isso significa que, ao elaborar, executar e avaliar políticas públicas e a alocação de recursos, o governo federal considerará as necessidades específicas de homens e mulheres. O objetivo é assegurar que as decisões orçamentárias sejam feitas de maneira equitativa e justa, promovendo a igualdade de gênero em todas as esferas da política pública.

- (v) Nova lei de finanças públicas: Esta proposta de lei busca promover mudanças significativas na atual legislação orçamentária brasileira, visando otimizar a gestão financeira do setor público. O projeto apresenta uma oportunidade crucial para abordar desafios estruturais no ciclo orçamentário, e uma oportunidade, visto que a legislação atual completará 60 anos em 2024 e foi criada em uma época em que leis fundamentais como a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual ainda não existiam no ordenamento jurídico brasileiro. A nova lei propõe uma revisão abrangente dos processos orçamentários, alinhando-os às práticas modernas de gestão financeira e às necessidades atuais da sociedade brasileira. Com a implementação dessas mudanças, espera-se uma melhoria significativa na forma como os recursos públicos são gerenciados e alocados, contribuindo para uma maior responsabilidade fiscal e desenvolvimento sustentável do país.

Atualização na projeção de déficit primário 2023

Em 22 de novembro, foi apresentado o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre de 2023, que indicou um acréscimo de R\$ 35,9 bilhões na estimativa de déficit primário acima da linha para 2023, que passou de R\$ 141,4 bilhões (1,3% do PIB) para R\$ 177,4 bilhões (1,7% do PIB). Porém, foi identificada discrepância estatística no que concerne ao resultado abaixo da linha divulgado pelo Banco Central no valor de R\$ 26,0 bilhões, o que conduz a estimativa de déficit primário nessa ótica a R\$ 203,4 bilhões (1,9% do PIB), conforme indicado na avaliação do 5º bimestre. A meta para 2023, já consideradas as compensações, é de déficit de R\$ 213,6 bilhões (2,0% do PIB).

A projeção para o déficit primário do governo central em 2023 havia sido anteriormente revisada no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre, divulgado em 22 de setembro, para R\$ 141,4 bilhões, o que equivale a 1,3% do PIB. Os três primeiros relatórios bimestrais de avaliação das receitas e despesas primárias de 2023 elaborados pelo Poder Executivo com intuito de acompanhar o cumprimento da meta fiscal estabelecida para o exercício haviam sido divulgados em 22/03 e 22/05 e 21/07/2023, respectivamente.

Resultado da Avaliação 4º e 5º bimestre (ótica do Resultado Primário)

Discriminação	Avaliação 4º bimestre 2023		Avaliação 5º bimestre 2023		Diferença	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	bilhões	% PIB
1. Receita Primária Total	2.372,9	22,1	2.359,9	22,0	-13,0	-0,1
2. Transferências por Repartição de Receita	458,4	4,3	459,4	4,3	1,0	0,0
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	1.914,5	17,9	1.900,5	17,7	-14,0	-0,1
4. Despesas Primárias	2.056,0	19,2	2.077,9	19,4	21,9	0,2
Obrigatórias	1.861,4	17,4	1.880,7	17,6	19,3	0,2
Discricionárias do Poder Executivo	194,6	1,8	197,1	1,8	2,6	0,0
5. Resultado Primário do Governo Central (3) - (4)	-141,4	-1,3	-177,4	-1,7	-35,9	-0,3
6. Discrepância Estatística	-	-	-26,0	-0,2	-26,0	-0,2
7. Primário Abaixo da Linha (5) + (6)	-141,4	-1,3	-203,4	-1,9	-61,9	-0,6
8. Meta Fiscal Ajustada	-216,4	-2,0	-213,6	-2,0	2,8	0,0
9. Margem na Meta Fiscal (7) - (8)	75,0	0,7	10,2	0,1	-64,8	-0,6

Fonte: Apresentação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre. Secretaria de Orçamento Federal/MPO, 2023.

Nota de Rodapé

O RARDP é uma publicação do Governo Federal, sob a coordenação técnica da Secretaria de Orçamento Federal, em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 69 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023. Com base no RARDP poderão ser promovidos limitação de empenho de dotações orçamentárias bem como limitação de movimentação financeira com vistas ao alcance da meta de resultado primário. Além disso, o RARDP pode indicar a necessidade de bloqueio de dotações orçamentárias discricionárias no montante necessário ao cumprimento dos limites individualizados estabelecidos no art. 12 da LC 200/2023.

Decretos de programação orçamentária e financeira 2023

Publicado o [Decreto nº 11.811, de 30 de novembro de 2023](#), que altera o [Decreto nº 11.415, de 16 de fevereiro de 2023](#), que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2023. Com vistas a cumprir o limite de despesas, foi realizado bloqueio no montante de R\$ 4,95 bilhões em despesas discricionárias, detalhadas no anexo XXI do Decreto. A publicação das informações relativas ao bloqueio dessas dotações é mais uma medida de transparência para o efetivo acompanhamento da gestão orçamentária pela população. Contudo, considerando o encerramento do exercício de 2023, os valores bloqueados foram cancelados em atendimento à exigência de adequação do orçamento ao limite de despesas primárias.

Principais destaques de atendimento de emergências orçamentárias e outras demandas orçamentárias apresentadas após o RARDP do 5º bimestre

Entre outubro e dezembro de 2023, o MPO abriu créditos extraordinários para atendimento das seguintes demandas emergenciais:

- R\$ 259 milhões em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, para atendimento de despesas com ações de proteção e defesa civil, em resposta e recuperação a municípios afetados por desastres climáticos em diversos Estados do país, conforme [Exposição de Motivos](#) da [Medida Provisória nº 1.191, de 25 de outubro de 2023](#);
- R\$ 195 milhões em favor do Ministério das Cidades, para atendimento das vítimas da calamidade pública em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, em decorrência de chuvas intensas na região, de acordo com a Portaria nº 2.852, de 7 de setembro de 2023, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, conforme [Exposição de Motivos](#) da [Medida Provisória nº 1.193, de 9 de novembro de 2023](#);
- R\$ 100 milhões, em favor do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, para atendimento de despesas decorrentes da situação de calamidade pública em razão da severa estiagem que afetou a Região Norte do país, conforme [Exposição de Motivos](#) da [Medida Provisória nº 1.194, de 13 de novembro de 2023](#);
- R\$ 300 milhões, em favor do Ministério da Previdência Social, para atendimento de despesas com a concessão do auxílio extraordinário destinado a pescadores e pescadoras profissionais artesanais beneficiários do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal - Seguro Defeso, cadastrados em Municípios da Região Norte, conforme [Exposição de Motivos](#) da [Medida Provisória nº 1.195, de 13 de novembro de 2023](#);
- R\$ 50 milhões, em favor do Ministério da Defesa, para atendimento de despesas da Força Aérea Brasileira - FAB na missão de repatriação dos brasileiros na área afetada pelo conflito no Oriente Médio, a cargo do Comando da Aeronáutica,

conforme [Exposição de Motivos](#) da [Medida Provisória nº 1.196, de 20 de novembro de 2023](#);

- R\$ 879,2 milhões, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, para atendimento de despesas referentes à [Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023](#), que dispõe sobre a compensação devida pela União aos Estados e ao Distrito Federal, a título de quitação total do valor devido em razão da redução da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nos termos dos arts. 3º e 14 da [Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022](#), conforme [Exposição de Motivos](#) da [Medida Provisória nº 1.197, de 22 de novembro de 2023](#);
- R\$ 93,1 bilhões em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e de Encargos Financeiros da União, para adimplemento de decisão judicial de mérito do Supremo Tribunal Federal, decorrente de sessão plenária extraordinária virtual encerrada em 30 de novembro de 2023, no âmbito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADIS n. 7064 e 7047, apresentadas em face das Emendas Constitucionais - ECs n. 113 e 114, promulgadas em dezembro de 2021, conforme [Exposição de Motivos](#) da [Medida Provisória nº 1.200, de 20 de dezembro de 2023](#);
- R\$ 314 milhões, em favor em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, para atendimento de despesas com ações de resposta e recuperação de infraestrutura destruída por desastres, devido ao agravamento dos eventos climáticos em função dos efeitos do fenômeno *El Niño*, além do apoio à implantação, ampliação ou melhorias de infraestruturas de oferta de água para segurança hídrica, no norte do Estado de Minas Gerais, conforme [Exposição de Motivos](#) da [Medida Provisória nº 1.197, de 22 de novembro de 2023](#).

Em dezembro de 2023, foram atendidas as seguintes demandas por suplementação orçamentária de despesas obrigatórias não previstas no relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do 5º bimestre, cuja abertura foi compatível com a meta de resultado primário e limite de despesas primárias:

- R\$ 400 milhões, em favor do Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS para atender as despesas com a Compensação Previdenciária – Compreve com regimes próprios de outros entes federativos. Atendimento ocorreu por meio da Portaria GM/MPO Nº 402, de 26 de dezembro de 2023.
- R\$ 1,1 bilhão em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, para atender despesas no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, visando o fechamento do Patrimônio Líquido do Programa em 2023 com saldo positivo. Conforme informações do Banco Central do Brasil (BCB), no exercício de suas competências como administrador do programa, a demanda adicional por recursos se justificou em decorrência do crescimento de sinistralidade na safra de trigo não prevista no Relatório do 5º bimestre. Atendimento ocorreu por meio da Portaria GM/MPO Nº 414, de 28 de dezembro de 2023.
- R\$ 6,1 bilhões, em favor do Ministério da Educação, sendo R\$ 100 milhões por intermédio de solicitação de alteração do PLN nº 27/2023, transformado na [Lei nº 14.771, de 22 de dezembro de 2023](#), e R\$ 6 bilhões por meio do [Decreto nº 11.847, de 22 de dezembro de 2023](#), conforme autorizado na [Lei nº 14.771/2023](#), a fim de viabilizar o aporte de recursos no Fundo previsto no art. 6º da [Medida Provisória nº 1.198, de 27 de novembro de 2023](#), que institui a poupança de incentivo à permanência e conclusão escolar para estudantes do ensino médio, à conta de anulação de dotações orçamentárias no âmbito do mesmo Ministério, no primeiro caso, e à conta de superavit financeiro no segundo aporte.
- R\$ 1,4 bilhão em favor do Ministério da Fazenda, sendo R\$ 500 milhões por intermédio de solicitação de alteração do PLN nº 38/2023 e R\$ 900 milhões por meio do [Decreto nº 11.868, de 28 de dezembro de 2023](#), a fim de atender despesas com a capitalização do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, visando assegurar o cumprimento dos requerimentos mínimos de capital da instituição financeira federal (regras do 'Acordo de Basileia') para os próximos anos, na forma definida e apurada pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e CMN nº 4.958/2021.

6. Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis

Plano Plurianual 2024-2027 (PLPPA 2024-2027)

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo federal, conectando a visão de futuro, os valores do Governo, as diretrizes e os objetivos estratégicos nacionais com as despesas cotidianas da administração pública necessárias para o alcance das metas estabelecidas no plano. Os R\$ 13,3 trilhões estimados para financiar as políticas públicas constantes do PPA no período 2024-2027 (incluindo recursos orçamentários e não orçamentários), foram planejados em três eixos, subdivididos por sua vez em programas, os quais devem contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos nacionais, que são os resultados de alto nível que o Governo visa alcançar. O PPA 2024-2027 foi entregue ao Congresso Nacional em 30 de agosto, aprovado em 14 de dezembro no Congresso Nacional e sancionado em 11 de janeiro de 2024.

O PPA 2024-2027 tem como um de seus marcos fundamentais o resgate da participação social na definição dos rumos do país. Nesse sentido, a construção do plano, iniciada em meados de abril de 2023, abrangeu a realização de três fóruns Interconselhos, 27 (vinte e sete) plenárias regionais (com presença de mais de 34 mil pessoas) e uma plataforma para participação cidadã, que recebeu mais de 1,5 milhão de votos e colheu 8.254 (oito mil duzentos e cinquenta e quatro) propostas da sociedade.

Plano Plurianual 2024-2027 – Grandes Números

PPA Participativo 2024-2027

Prioridades

- 1 | Combate à fome e redução das desigualdades
- 2 | Educação básica
- 3 | Saúde: atenção primária e especializada
- 4 | Neoliberalização, trabalho, emprego e renda
- 5 | Novo PAC
- 6 | Combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática

Agendas Transversais

- | | |
|-----------------------------|---------------------|
| 1 Crianças e adolescentes | 4 Povos indígenas |
| 2 Mulheres | 5 Ambiental |
| 3 Igualdade racial | |

Oficinas de construção do PPA

- 125 oficinas
- 716 horas
- + 4.400 participantes

Equipe técnica

- Equipes dos 37 Ministérios
- 36 técnicos da SEPLAN/MPO

Parceiros técnicos: IPEA, ENAP, IBGE, CAF, BID

Equipes parceiras: SDF, SMA, SNPS/PR, SECOM/PR, SAM/PR

Visão de futuro 2027



"Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades"

07 Indicadores-chave e metas nacionais

Valores

Democracia | Diversidade e justiça social | Sustentabilidade socioambiental | Participação social | Atuação colaborativa | Responsabilidade fiscal e social | Excelência na gestão

EIXO 1

Desenvolvimento social e garantia de direitos

13 Objetivos estratégicos
31 Indicadores-chave e metas

EIXO 2

Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

15 Objetivos estratégicos
23 Indicadores-chave e metas

EIXO 3

Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

7 Objetivos estratégicos
8 Indicadores-chave e metas

88 Programas

464 objetivos específicos
2.686 entregas

Participação social em números

Fórum Interconselhos

- 3 encontros
- 36 conselhos nacionais representados

Plenárias Estaduais

- 27 Capitais brasileiras
- + 34 mil participantes
- 309 movimentos/organizações apresentaram suas demandas e defenderam propostas

Plataforma Brasil Participativo

- 4.087.540 Acessos
- 1.529.826 Votos
- 1.419.729 Participantes
- 8.254 Propostas

Programas do PPA mais votados

- 1 | Enfrentamento da emergência climática (20.834)
- 2 | Atenção primária à saúde (20.427)
- 3 | Atenção especializada à saúde (18.788)
- 4 | Promoção do trabalho digno, emprego e renda (16.214)
- 5 | Turismo, esse é o destino (15.248)

Propostas mais votadas por tema

- 1 | Saúde (360.740 votos e 1.225 propostas)
- 2 | Justiça e segurança pública (193.828 votos e 322 propostas)
- 3 | Educação (190.654 votos e 1.229 propostas)
- 4 | Direitos humanos e cidadania (79.509 votos e 511 propostas)
- 5 | Desenvolvimento, indústria, comércio e serviços (69.822 votos e 115 propostas)

Fonte: Secretaria Geral – Presidência da República

Fonte e elaboração: Secretaria Nacional de Planejamento

Dentre as novidades do PPA, destaca-se a adoção de cinco agendas transversais, que marcam a compreensão de que a articulação de diferentes políticas públicas é fundamental para sua maior eficiência: crianças e adolescentes, mulheres, igualdade racial, povos indígenas e ambiental. Além disso, as prioridades do PPA 2024-2027 foram definidas em lei, sendo elas: o combate à fome e redução das desigualdades; educação básica; atenção primária e especializada no âmbito da saúde; novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); neoindustrialização, trabalho e renda; e combate ao desmatamento, além de enfrentamento da emergência climática.

Como inovações, o PPA 2024-2027 também traz a definição de indicadores-chave nacionais e metas, que poderão ser acompanhadas com transparência pela população. No total, o PPA tem 69 indicadores-chave (sete ligados à visão de futuro e 62 vinculados a 35

objetivos estratégicos), como redução da taxa de pobreza, queda no desmatamento anual, redução da emissão de gases de efeito estufa e aumento do PIB per capita.

Indicadores-chave nacionais e metas do PPA 2024-2027



Fonte e elaboração: Secretaria Nacional de Planejamento

Outro diferencial da metodologia do PPA 2024-2027 é o foco em resultados. O alinhamento entre as dimensões estratégica e tática é promovido com a vinculação dos programas aos objetivos estratégicos. Esse alinhamento é reforçado com a estruturação dos programas em objetivos específicos, focados em resultados para a sociedade, e entregas.

Para garantir o monitoramento e avaliação do alcance dos resultados, cada objetivo específico e entrega possui o seu respectivo indicador e metas anuais, as quais são, sempre que possível, regionalizadas e desagregadas por públicos específicos vulnerabilizados. Também integram os programas as chamadas medidas institucionais e normativas, elementos centrais da atuação governamental no processo de geração de valor para a sociedade.

No final de novembro foi lançado o primeiro relatório da **Série Planejamento Nacional: Agenda Transversal de Crianças e Adolescentes**. Participaram do evento a Ministra, Secretários e representantes do Unicef e dos principais órgãos envolvidos com a Agenda (MDHC, MDS, MEC e MS). O segundo relatório, redigido no quarto trimestre, referente à agenda ambiental – o [Relatório da Agenda Transversal Ambiental do Plano](#)

[Plurianual 2024-2027](#) – foi lançado em 25 de janeiro, em uma parceria com o BID e com a colaboração do Ministério do Meio Ambiente. Na cerimônia de lançamento, a Ministra Simone Tebet destacou que o relatório fortalece as ações conjuntas do governo focadas na área de sustentabilidade, suprimindo uma lacuna histórica da falta de um planejamento integrado para o setor do meio ambiente.

Ainda no quarto trimestre, o registro da elaboração do PPA, por meio de um livro constituído de doze capítulos, foi escrito por parte significativa da equipe do MPO e de outros órgãos que tiveram participação importante na elaboração do PPA, como a Casa Civil, a Secretaria-Geral da Presidência e o Ipea. No livro, consta desde um histórico dos PPAs, a metodologia do PPA 2024-2027, as inovações (dimensão estratégica mais completa, marcações de agendas transversais e prioridades, participação social e ampla escala), questões territoriais e redução das desigualdades, de planejamento para o desenvolvimento, via investimentos plurianuais, além de outras questões como financiamento do PPA, indicadores de monitoramento e avaliação. O lançamento do livro (agora em fase de revisão e diagramação), em evento com referências internacionais de planejamento, será realizado em 21 de fevereiro, também em parceira com o BID.

Próximos Passos

Em 2024 o MPO estruturará novas ações para ampliar o êxito da implementação do Plano Plurianual 2024-2027.

Primeiramente, o **modelo de gestão do PPA** será regulamentado para os próximos 4 anos, incluindo a descrição detalhada sobre monitoramento e revisão dos programas. O novo modelo de gestão do PPA terá como inovações centrais a gestão das Agendas Transversais e Prioridades, o monitoramento intensivo das prioridades, a integração com os Planos Regionais de Desenvolvimento e a participação social.

Outra iniciativa é a elaboração do **Plano Nacional de Longo Prazo**, plano de desenvolvimento para o Brasil construído em base territorial e federativa, para melhorar a coordenação setorial e federativa das ações governamentais, bem como servir de referencial para os investimentos privados e a cooperação internacional no horizonte temporal de longo prazo. O plano, inicialmente denominado Estratégia Brasil 2050, tem a sua elaboração prevista para dezembro de 2024.

A formulação de uma estratégia nacional de longo prazo, de caráter federativo e em base territorial, composta a partir de cenários prospectivos de âmbito nacional e internacional, deve contar com um arranjo de governança que prevê a participação de diversos órgãos governamentais, cujo envolvimento é fundamental devido à vinculação dos mesmos com as agendas de investimentos de longo prazo, bem como por conta de sua atuação temática nas questões estratégicas para o desenvolvimento, ou ainda em função de sua tradição na realização de estudos prospectivos. Assim, foi elaborada uma minuta de decreto de instituição de um Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de apoiar o MPO na elaboração de proposta de estratégia de longo prazo para o Brasil.

Outra frente de esforços de planejamento em destaque, é a implementação do **PPA Aberto**, o qual possui a missão de disponibilizar informações atualizadas e abertas que permitam acompanhar o desempenho do planejamento governamental de médio e longo prazos. Em seu módulo de médio prazo, o objetivo é a publicação de Painel com acompanhamento periódico dos Indicadores-Chave Nacionais e dos resultados dos 88 programas do Plano Plurianual 2024 – 2027. Por outro lado, seu módulo de longo prazo buscará a identificação de mudanças no ambiente e recomendação de ações que contribuam para a construção do futuro desejado, por meio da publicação de quatro relatórios contendo análises prospectivas e recomendações.

7. Gestão do processo de submissão e avaliação de projetos do setor público, a fim de obter financiamentos externos

Comissão de Financiamentos Externos – Cofix e novos projetos aprovados

No dia 07 de dezembro, foi realizada a 170ª reunião da Cofix, com aprovação de preparação de 22 (vinte e dois) novos projetos a serem financiados com recursos externos e com garantia da União, totalizando US\$ 3,47 bilhões. Foram oito projetos para municípios em um total de US\$ 761 milhões; oito projetos para estados, no montante somado de US\$ 1,03 bilhão, e seis projetos em favor da União no valor de US\$ 1,68 bilhão (lista de projetos [aqui](#)). No acumulado em 2023, mais de US\$ 9,0 bilhões em projetos de investimentos foram aprovados, beneficiando todos os níveis da federação e todas as regiões do País. Aproximadamente 64% (sessenta e quatro por cento) dos valores dos projetos já aprovados no âmbito da Cofix em 2023 são para estados e municípios, que dependem de garantia soberana da União para contratar recursos externos.

Projetos e programas aprovados na Cofix – 2023

Reuniões Cofix	Projetos e programas Aprovados	Valor Aprovado (US\$)	Entes beneficiados	Projetos de Infraestrutura	Projetos Sociais e Ambientais	Projetos Modernização do Estado
165ª reunião 27/04/2023						
Municípios	4	359.838.245,00	4	1	3	0
Estados	10	858.100.000,00	10	3	5	2
União	1	100.000.000,00	1	1	0	0
Total	15	1.317.938.245,00	15	5	8	2
166ª Reunião 1º/06/2023						
Municípios	4	626.491.300,00	4	3	1	0
Estados	5	929.900.000,00	5	1	3	1
União	2	335.000.000,00	2	0	2	0
Total	11	1.891.391.300,00	11	4	6	1

168ª Reunião 06/09/2023						
Municípios	10	690.500.000,00	10	7	3	0
Estados	6	569.600.000,00	6	3	1	2
União	3	1.100.000.000,00	3	0	2	1
Total	19	2.360.100.000,00	19	10	6	3
170ª Reunião 07/12/2023						
Municípios	8	761.681.327,00	8	4	4	0
Estados	8	1.029.240.000,00	8	6	2	0
União	6	1.683.500.000,00	6	4	1	1
Total	22	3.474.421.327,00	22	14	7	1
Total						
Municípios	26	2.438.510.872,00	26	15	11	0
Estados	29	3.386.840.000,00	29	13	11	5
União	12	3.218.500.000,00	12	5	5	2
Total Geral	67	9.043.850.872,00	67	33	27	7

Fonte: SEAID/MPO. Elaboração: SE/MPO

Dentre os projetos aprovados, destacam-se três projetos com ênfase ambiental cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável: o Projeto de captação multilateral junto ao *New Development Bank* (NDB) para aporte nos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Centro- Oeste (FDCO) e do Nordeste (FDNE), no valor de 500 milhões de dólares; o Programa de Linha de Crédito do Banco Mundial - CAIXA de Financiamento a Investimentos Sustentável e para transição para economia de baixo carbono, do Banco Mundial – BIRD, no valor de 500 milhões de dólares; e o Programa AIIB - BNDES para Infraestrutura Verde e Sustentável, com financiamento do *Asian Infrastructure Investment Bank* – AIIB no valor de 250 milhões de dólares, com contrapartida de 250 milhões de dólares do BNDES, totalizando 500 milhões de dólares.

Um destaque importante do ano é o aumento da capilaridade dos projetos aprovados, resultado do esforço do MPO em democratizar o acesso ao conhecimento sobre o tema e apoiar o aumento das capacidades institucionais dos entes subnacionais. Ademais, é notável o crescimento na demanda por financiamento de projetos com foco ecológico ou ambiental. Atualmente, a maioria dos projetos de infraestrutura incorpora aspectos ambientais significativos, refletindo um crescente interesse em iniciativas de desenvolvimento sustentável. Essa tendência sublinha a importância crescente da sustentabilidade nas agendas de desenvolvimento global.

Em linha com essa tendência, foi publicada, em 15 dezembro, a Resolução Cofix nº 80/2023, que estabelece sublimite específico anual para estados e municípios acessarem fontes externas para financiar projetos integralmente destinados à pauta ambiental e climática com garantia da União. Para acessar o sublimite específico, os entes subnacionais deverão demonstrar à Cofix o enquadramento de seus projetos em uma ou mais das sete linhas de objetivos estabelecidos no normativo da Comissão, que incluem temas ainda pouco representativos na carteira de projetos de estados e municípios, como conservação da biodiversidade, ecossistemas e biomas; prevenção e controle da poluição; mitigação e adaptação às mudanças do clima.

Além dos projetos destinados à pauta ambiental e climática, também serão incentivados projetos relacionados a Parcerias Público-Privadas (PPPs). Juntamente com a [Resolução Cofix nº 80/2023](#), foi publicada a [Resolução Cofix nº 81/2023](#), que estabelece sublimite específico anual para a preparação de projetos cujos recursos sejam integralmente destinados a financiar o aporte ou garantir contraprestações pecuniárias do parceiro público ao parceiro privado relacionados a PPPs. Projetos apresentados com base nas referidas resoluções poderão ser deliberados já na primeira reunião da Cofix de 2024.

Calendário Cofix

Conforme calendário disponibilizado no sítio do MPO, haverá reuniões da Cofix nos meses de março, junho, setembro e dezembro. O [calendário anual](#) completo da Cofix divulgado com antecedência reflete o compromisso do MPO com a previsibilidade e a transparência.

Focem

Além das reuniões regulares da Cofix em 2024, no dia 22 de abril haverá reunião específica da comissão para análise de cartas-consulta para submissão de projetos com recursos do Focem – Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul. Em abril de 2023, o governo brasileiro quitou sua dívida com o Focem, no valor total de US\$ 99 milhões. A regularização dos compromissos perante o Focem permite que sejam aprovados novos projetos em território brasileiro, em um montante total de aproximadamente US\$ 70 milhões não-reembolsáveis.

A portaria GM/MPO, de 20 de outubro de 2023, regulamentou a apresentação de projetos para a Unidade Técnica Nacional do Focem. Foram priorizados municípios localizados na faixa de fronteira com os países do Mercosul (até 150 km de distância da linha de fronteira). Tal escolha reafirma o compromisso do Brasil com a integração regional. As cartas-consulta orientadas para o recebimento de financiamento do Focem serão deliberadas pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), na reunião marcada para 25 de abril de 2024. O prazo para submissão de cartas-consulta é 19 de fevereiro de 2024.

8. Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais

No início de 2023, o Brasil acumulava uma dívida de quase R\$ 5 bilhões de integralizações e de contribuições a pagar, incluindo dívidas de cerca de R\$ 3 bilhões de exercícios anteriores e R\$ 1,9 bilhão relativas ao exercício de 2023 (valores estimados ao câmbio em relação ao dólar de 30 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 5,22).

Como responsável pelos pagamentos de contribuições para todos os organismos internacionais dos quais o Brasil é membro permanente, o MPO pagou ao longo de 2023 todos os compromissos com organismos internacionais (cujas faturas tenham sido enviadas a este Ministério). A regularização dos compromissos do Brasil com os organismos internacionais contribuiu para aprimorar a imagem do País no exterior. A participação brasileira em organismos internacionais era fragilizada em razão de atrasos, concentrados nos últimos seis anos, que geraram dívidas com aproximadamente 120 organismos e instituições financeiras internacionais.

Assim, entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023, mais de R\$ 4,6 bilhões em compromissos foram quitados. A valorização do real perante o dólar durante o ano de 2023 permitiu uma economia de cerca de R\$ 200 milhões² em relação ao valor inicialmente devido no início do ano.

Dentre os pagamentos realizados, cabe destacar a regularização junto a organizações internacionais na área de meio-ambiente e mudança do clima, incluindo as contribuições relativas à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e ao Protocolo de Quioto, o que adquire particular importância à luz da escolha de Belém, no Pará, para sediar a COP-30, em 2025. Além disso, foram quitados passivos referentes a outras convenções, tais como a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (Convenção de Estocolmo) e a Convenção sobre Mercúrio (Convenção de Minamata).

² Obs: Em 30/12/2022 foi estimado um total de R\$ 4,95 bi a pagar (2023 + passivos); pagamos R\$ 4,62 e ainda faltou pagar uns R\$ 100 milhões (cujas faturas não chegaram a ser internalizadas). Logo: 4,95 bi – 4.62 bi = 330 milhões – 100 milhões (saldo a pagar) = cerca R\$ 200 milhões de economia.

Na esfera regional, além da regularização dos aportes para o Focem e a quitação da dívida com a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), com a Secretaria do Mercosul e com o Parlasul, foram pagas contribuições ao Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH), ao Instituto Social (ISM) e Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão (TPR). A quitação dessas dívidas demonstra o compromisso do Brasil com a retomada do processo de integração sul-americana. Até dezembro de 2023 também foram quitados os compromissos decorrentes de participação brasileira nas quinze missões de paz das Nações Unidas para as quais o Brasil contribui, conforme quadro abaixo.

Missões de Paz das Nações Unidas com dívidas quitadas em 2023

Sigla	Missão
Minurso	Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental
Minusjusth	Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti
Undof	Força das Nações Unidas de Observação da Separação – Montes Golan
Unficyp	Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz em Chipre
Unifil	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
Unisfa	Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei
Unmik	Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo
Minusca	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana
Minusma	Missão Multidimensional Integrada para Estabilização das Nações Unidas do Mali
Monusco	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
Umamid	Missão da ONU e da União Africana, UA, em Darfur
Unmiss	Missão das Nações Unidas no Sul do Sudão
Unsos	Escritório de Apoio das Nações Unidas na Somália
Unmil	Missão das Nações Unidas na Libéria
Unoci	Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim

Fonte e Elaboração: Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento/MPO, 2023.

Outro avanço no tema dos compromissos internacionais foi a alteração do tratamento orçamentário desse tipo de despesa. Nesse sentido, a LDO – 2024 - Lei nº 14.971, de 28 de Dezembro de 2023 – prevê, em seu anexo III, que são despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União as “contribuições regulares estabelecidas por acordo internacional, celebrado entre a República Federativa do Brasil e organismos internacionais, e as integralizações de cotas para a constituição inicial do capital de bancos e fundos internacionais, constituídos de acordo com as normas do direito internacional público, que tenham sido internalizados no ordenamento jurídico brasileiro consoante o rito previsto no inciso I do caput do art. 49 e no inciso VIII do caput do art. 84 Constituição”.

9. Articulação e gestão da agenda de integração e desenvolvimento sul-americano

Retomada da integração sul-americana

O Subcomitê e Integração e Desenvolvimento Sul-Americano, criado pela [Resolução CMG/MPO nº 1, de 07 de junho de 2023](#), após escuta ativa junto aos onze estados brasileiros³ que fazem fronteira com os vizinhos sul-americanos, e 24 (vinte e quatro) reuniões a longo de seis meses, produziu [Relatório](#) com o estado atual da integração regional. O Relatório, recepcionado em 06 de novembro pelo [Comitê Ministerial de Governança do MPO](#), apresenta o estado atual da integração regional, assim como a proposta de cinco Rotas de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano localizadas de norte a sul da faixa de fronteira:

1) **Rota da Ilha das Guianas**, que inclui integralmente os estados de Amapá e Roraima e partes do território do Amazonas e do Pará, articulada com a Guiana, a Guiana Francesa, o Suriname e a Venezuela;

2) **Rota Multimodal Manta-Manaus**, contemplando inteiramente o estado Amazonas e partes dos territórios de Roraima, Pará e Amapá, interligada por via fluvial à Colômbia, Peru e Equador;

3) **Rota do Quadrante Rondon**, formado pelos estados do Acre e Rondônia e por toda a porção oeste de Mato Grosso, conectada com Bolívia e Peru;

4) **Rota de Capricórnio**, desde os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, ligada, por múltiplas vias, a Paraguai, Argentina e Chile; e

5) **Rota Porto Alegre-Coquimbo**, abrangendo o Rio Grande do Sul, integrada à Argentina, Uruguai e Chile.

Essas cinco rotas aproximam e integram o Brasil com as demais nações sul-americanas, podendo estender-se até o oceano Pacífico e ao Caribe. A proposta apresentada neste relatório é que esse **conjunto de iniciativas** constitua uma rede de

³ Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina.

Rotas de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano, formando uma vasta teia de conexões que irrigue e potencialize as relações da economia brasileira com a dos países vizinhos e, inclusive, com os mercados emergentes da Ásia Pacífico.

Assim, o conjunto de iniciativas no âmbito do Brasil, definido a partir do relatório supracitado, abrangeu carteira com 124 (cento e vinte e quatro) projetos prioritários para a integração da infraestrutura regional Sul-Americana, construída a partir dos projetos que integram o Novo PAC – apelidada de “PAC da Integração”. Essa agenda pretende abarcar desde a escuta ativa junto às



administrações públicas locais até o financiamento, passando pela estruturação dos projetos, suas avaliações *ex-ante* e *ex-post*, pelo diálogo com nossos vizinhos por meio do Itamaraty, pelo debate com diversas áreas do governo e, por fim, pela colocação desta agenda em um rol de prioridade, buscando, principalmente, beneficiar a logística de comércio exterior com o Pacífico.

R\$ 50 bilhões em financiamento externo para integração regional

Firmado acordo para as obras de projetos de infraestrutura de estados e municípios dos países da região para a integração da América do Sul entre BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), CAF-banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe e Fonplata, que devem aportar até R\$ 50 bilhões (US\$ 10 bilhões) na integração sul-americana. Os recursos do BNDES serão destinados para projetos no Brasil e os demais bancos, prioritariamente, apoiarão projetos nos demais países, mas também podem financiar obras no Brasil.

10. Dados e Pesquisa

Entre outubro e dezembro, destacam-se, no quadro abaixo, os seguintes estudos publicados pelo IBGE, além daqueles usualmente divulgados periodicamente:

Principais estudos publicados pelo IBGE – OUT-DEZ/2023

Data	Pesquisa	Link
16/10/2023	Nas lentes do recenseador: 1º Prêmio Fotográfico: Censo Demográfico 2022	Clique aqui
27/10/2023	Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo - Resultados do universo	Clique aqui
07/11/2023	BDiA: Atualização do Mapeamento de Recursos Naturais (Acompanha Documentação Técnica)	Clique aqui
23/11/2023	Avaliação dos Dados sobre a Biodiversidade Brasileira 2022	Clique aqui
24/11/2023	Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil	Clique aqui
28/11/2023	Série Relatórios Metodológicos: Modelo hgeoHNOR2020 para Conversão de Altitudes Geométricas em Altitudes Normais, 2a. edição	Clique aqui
29/11/2023	Série Relatórios Metodológicos: Indicadores Conjunturais da Indústria - Produção - 3ª edição	Clique aqui
29/11/2023	Tábuas Completas de Mortalidade para o Brasil 2022	Clique aqui
01/12/2023	Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2011-2022	Clique aqui
05/12/2023	Macrocaracterização dos Recursos Naturais do Brasil: Potencialidade Agrícola Natural Das Terras do Brasil (Nota metodológica)	Clique aqui
06/12/2023	Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2023	Clique aqui
07/12/2023	Base Cartográfica Contínua do Brasil, escala 1:250.000 - BC250, versão 2023	Clique aqui
14/12/2023	Estudo Complementar à Aplicação da Técnica de Captura-Recaptura: Estimativas desagregadas dos totais de nascidos vivos e óbitos 2021	Clique aqui
15/12/2023	Conjunto de Estações Geodésicas EEGG publicadas no Banco de Dados Geodésicos - BDG	Clique aqui

15/12/2023	Conjunto anual de arquivos de dados geoespaciais publicado no portal IBGE (SIRGAS)	Clique aqui
15/12/2023	Conjunto anual de arquivos de dados geoespaciais publicado no portal IBGE (RMPG)	Clique aqui
22/12/2023	Censo Demográfico 2022: Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: Resultados do universo	Clique aqui

Fonte: IBGE/MPO

Evento “Minha Cor, Minha Raça

No dia 22 de dezembro, na casa do Olodum, em Salvador, na Bahia, no evento “Minha cor, minha raça”, o IBGE divulgou os dados de raça do censo 2022. Eles mostraram, pela primeira vez, a predominância de pardos na população brasileira. Em 2022, cerca de 92,1 milhões de pessoas (ou 45,3% da população do país) se declararam pardas; outros 88,2 milhões (43,5%) se declararam brancos, 20,6 milhões (10,2%), pretos, 1,7 milhões (0,8%), indígenas e 850,1 mil (0,4%), amarelas. Representantes do MPO acompanharam a divulgação ao lado do presidente do IBGE, Marcio Pochmann e aproveitaram para destacar a importância desse momento histórico, visto que a inclusão (de raça, de gênero, de população vulnerável) é uma das prioridades do atual governo.

Para o mesmo período, destacam-se, os estudos publicados pelo Ipea na tabela abaixo.

Principais estudos publicados pelo IPEA – OUT-DEZ/2023

Data	Pesquisa	Link
Outubro 2023	<p>Cuidar, Verbo Transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil</p> <p>Trata-se de livro que contribuiu para o processo de construção da Política Nacional de Cuidados no Brasil. O livro compila estudos de alta qualidade que contribuem significativamente para entender a organização social dos cuidados no país e formular políticas abrangentes. Essas políticas visam garantir o direito ao cuidado para todas as pessoas, promover trabalho decente para os trabalhadores do cuidado (principalmente mulheres e negras) e reconhecer e redistribuir o trabalho não remunerado de cuidados realizado por mulheres em suas famílias. O conteúdo aborda conceitos de cuidado, ressaltando desigualdades de gênero, raça e classe, além de considerar diferentes públicos e atores nas políticas de cuidado. O livro também destaca o cuidado como um setor econômico potencialmente dinâmico e, ainda, colabora com o avanço da</p>	Clique aqui

	consolidação do papel do Estado na garantia do direito ao cuidado e na construção de políticas integrais como elementos essenciais para sistemas de proteção social universais e inclusivos.	
Outubro 2023	<p>A Luta Negra e o 13 de Maio: entre a escravidão e o racismo</p> <p>O texto aborda a necessidade de repensar o significado do 13 de maio, marco da abolição da escravatura no Brasil em 1888, à luz de eventos históricos revelados pelos movimentos negros. Apesar de a Lei Áurea ter oficializado o fim da escravidão, 135 anos depois persistem desigualdades e racismo. O autor destaca diversas formas de desigualdade, como socioeconômicas, sanitárias, políticas e psicológicas, que afetam a população negra. Utilizando dados do IBGE e análise quantitativa, o texto evidencia o genocídio provocado pelo sistema escravagista. Propõe uma reflexão sobre os problemas pós-abolição e destaca o papel do movimento negro na denúncia e proposição de uma história não embranquecida. Conclui que, apesar dos 135 anos de abolição, a liberdade e igualdade não foram plenamente alcançadas, sendo o processo complexo e marcado pela luta e resistência, principalmente das pessoas negras.</p>	clique aqui
Outubro 2023	<p>Financiamento do Sistema Único de Saúde: análise do impacto financeiro de propostas legislativas para aumentar os recursos federais alocados ao sistema</p> <p>O texto aborda a preocupação contínua em assegurar recursos suficientes para o Sistema Único de Saúde (SUS) desde sua criação. A vinculação de recursos do Orçamento da Seguridade Social (OSS) da Constituição Federal de 1988 não foi cumprida, e as leis de diretrizes orçamentárias (LDO) não garantiram o aporte regular necessário. A Emenda Constitucional (EC) 29 de 2000 envolveu estados, o Distrito Federal e municípios no financiamento, mas não aumentou adequadamente os recursos federais. O texto destaca o fracasso das tentativas legislativas de aumentar o aporte federal ao SUS de 2003 a 2020. Apesar da EC 29 proporcionar estabilidade, é ressaltada a necessidade de esforço político adicional para expandir a cobertura efetiva do SUS, reduzir desigualdades de acesso e enfrentar futuras pressões financeiras devido a fatores epidemiológicos, demográficos e tecnológicos. O Brasil é apontado como um dos poucos países com um sistema de atendimento universal e integral, mas com gastos públicos em saúde consideravelmente inferiores aos privados.</p>	clique aqui
Outubro 2023	<p>A Questão Racial nos Processos Criminais por Tráfico de Drogas dos Tribunais Estaduais de Justiça Comum: uma análise exploratória</p> <p>O referido estudo do Ipea, feito em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, analisa o perfil racial de réus processados por tráfico de drogas nos tribunais estaduais de justiça comum no Brasil e demonstra a disparidade entre as pessoas negras e brancas no Brasil, evidenciando as diferenças nos processos jurídicos.</p>	Clique aqui

<p>Novembro 2023</p>	<p>Balço da 1ª Década de Ação pela Segurança no Trânsito no Brasil e perspectivas para a 2ª década</p> <p>Considerando que ao final da primeira década, em 2020, a ONU lançou a segunda década de ação pela segurança no trânsito, estabelecendo novas metas para 2030. Esta nota técnica propõe avaliar os resultados da primeira década, utilizando dados do Datasus e da Polícia Rodoviária Federal, centrando-se no período de 2010-2019. Dada a atipicidade de 2020 devido à pandemia, a análise considera o intervalo anterior (2000-2009) para comparações. O estudo busca avaliar a mortalidade, morbidade e impacto de políticas de gestão de trânsito no Brasil durante esse período.</p>	<p>Clique aqui</p>
<p>Novembro 2023</p>	<p>A população em situação de rua nos números do Cadastro Único (Publicação Expressa)</p> <p>O Texto para Discussão analisa dados sobre a população em situação de rua no Cadastro Único, visando contribuir para a melhoria das políticas públicas. Destaca-se o aumento desse grupo na última década, agravado pela pandemia. O Supremo Tribunal Federal emitiu uma medida cautelar, exigindo um plano de ação do governo federal. As causas incluem fatores econômicos, conflitos familiares e problemas de saúde. Mulheres representam 11,6% da população adulta em situação de rua, mas 35% das responsáveis familiares. O texto aborda temas como migrações, locais de repouso, vínculos familiares, raça, sexo, idade e deficiências. Examina também o acesso à documentação, saúde, assistência social, Programa Bolsa Família, escolaridade e emprego. Entre os adultos, 24% não têm carteira de trabalho, 29% não têm título de eleitor, e apenas 1% tem emprego formal. Apenas 58% das crianças e adolescentes em situação de rua frequentam a escola.</p>	<p>Clique aqui</p>
<p>Novembro 2023</p>	<p>Beneficiômetro da Seguridade Social: uma introdução aos benefícios ofertados pela política de assistência social</p> <p>O estudo mediu os benefícios da política de assistência social, utilizando o arcabouço conceitual do Beneficiômetro da Seguridade Social do Ipea. Além disso, apresentou a trajetória recente da política, destacando alguns de seus serviços e benefícios. Foram escolhidos indicadores que refletem a abrangência da proteção social, considerando diversos grupos sociais e situações de vulnerabilidade. O foco foi elucidar o papel da assistência na promoção de uma vida digna e resiliência diante dos riscos. Os indicadores, de diferentes complexidades, procuraram comunicar de maneira acessível o que a política de assistência realiza, especialmente no âmbito dos benefícios não monetários. O trabalho contribuiu então para a disseminação de informações sobre a seguridade social brasileira e promoveu a integração entre as políticas que a compõem, bem como outras políticas sociais voltadas para o bem-estar dos cidadãos brasileiros</p>	<p>Clique aqui</p>
<p>Novembro 2023</p>	<p>Beneficiômetro da Seguridade Social: um panorama da Previdência Social brasileira a partir de indicadores clássicos</p>	<p>Clique aqui</p>

	<p>A Nota Técnica orienta que relações há entre melhorias habitacionais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definindo os indicadores habitacionais que se prestam melhor ao monitoramento e à avaliação dos ODS no Brasil. O estudo serve de subsídio para o Ministério das Cidades orientar a formulação de uma política pública que possa ser ainda mais bem avaliada em termos de seus produtos, resultados e impactos relativos aos ODS.</p>	
<p>Novembro 2023</p>	<p>Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRUA) A edição especial comemorativa de 15 anos do boletim reuniu 17 artigos principais de pesquisa desenvolvidos pela Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur) durante o período. Criado em 2008, o Boletim chegou à sua 30ª edição com artigos que sintetizam estudos do Ipea sobre temas fundamentais para os debates sobre as políticas territoriais do Brasil na atualidade. No retrospecto da publicação, destacam-se pesquisas robustas de avaliação de políticas regionais, urbanas e habitacionais, de meio ambiente e sustentabilidade alimentar. Está também presente em investigações sobre eficiência do gasto público em governos subnacionais, capacidades governativas e cooperação federativa, além de possuir estudos circunstanciados sobre regiões de fronteira, transposição e revitalização do Rio São Francisco e recursos hídricos, incluindo também a produção de indicadores para o gasto ambiental e para o cálculo do índice de vulnerabilidade social (IVS).</p>	<p>Clique aqui</p>
<p>Dezembro 2023</p>	<p>Beneficiômetro da Seguridade Social: a relevância do Sistema Único de Saúde para os brasileiros Este texto apresenta indicadores que avaliam a contribuição do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, visando dimensionar os benefícios oferecidos e monitorar sua evolução ao longo do tempo. Inserido em uma iniciativa mais ampla chamada Beneficiômetro da Seguridade Social, que abrange políticas sociais, o trabalho utiliza dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 e 2019, assim como registros administrativos de 2012 a 2021. Os indicadores revelaram que a cobertura do SUS para serviços de saúde se manteve estável ou teve leve ampliação de 2013 a 2019, e a produção de serviços aumentou na última década, exceto nos anos da pandemia de covid-19. Esses indicadores contribuíram para a criação da primeira versão do Beneficiômetro da Seguridade Social na área da saúde.</p>	<p>Clique aqui</p>
<p>Dezembro 2023</p>	<p>Atlas da Violência 2023 O Atlas da Violência traz informações e análises que ajudam a compreender e visibilizar as violências com diferentes recortes específicos. Há citações a violência contra a juventude e as crianças, violência contra as mulheres e os casos de feminicídio, violência contra pessoas negras, contra a população LGBTQIAP+, pessoas com deficiência, indígenas e idosos.</p>	<p>Clique aqui</p>
<p>Dezembro 2023</p>	<p>Visão Geral da Conjuntura O documento publicado em dezembro traz uma avaliação sobre o padrão de crescimento da economia brasileira em 2023 e o cenário esperado para 2024. É um estudo de periodicidade</p>	<p>Clique aqui</p>

	trimestral que aponta perspectivas da atividade econômica no Brasil (projeções sobre o PIB) e no mundo, análise e projeções de inflação, produção agropecuária, comércio, crédito, finanças públicas, inadimplência, indústria, mercado de trabalho, política fiscal, população ocupada serviços, setor externo e taxas de desocupação.	
Dezembro 2023	<p>Incentivo ao Investimento por Depreciação Acelerada: Simulações em um Modelo de Redes de Produção</p> <p>O estudo tem por objetivo avaliar diversos cenários de estímulo ao investimento via depreciação acelerada. Através da realização de simulações com modelo multissetorial de ciclos econômicos reais (RBC, do inglês <i>Real Business Cycle</i>) desenvolvido para simular os impactos desse tipo de política, busca-se dimensionar os ganhos e custos em termos de variáveis agregadas da economia: variação de Produto Interno Bruto- PIB, emprego, produtividade, investimento e arrecadação de tributos envolvidos. Inclusive, com avaliação de impactos setoriais nos mais diversos cenários quanto ao tamanho e o alcance da depreciação acelerada.</p>	Clique aqui

Fonte: IPEA/MPO

T20

No dia 1º de dezembro de 2024, iniciou-se a presidência brasileira do G20. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, juntamente com a Fundação Alexandre De Gusmão - FUNAG e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI formam o Comitê Organizador do grupo de engajamento dos *Think Tanks* do G20, o [T20](#). O T20 já lançou uma chamada de propostas de *policy briefs* e está finalizando a montagem das forças-tarefa que reunirão mais de 120 (cento e vinte) especialistas de *Think Tanks* e centros de pesquisa dos membros do G20. Estes representantes são encarregados de preparar as recomendações dos especialistas que serão entregues aos coordenadores da Trilha de Finanças e da Trilha Sherpa do G20 em julho de 2024. O objetivo destas recomendações é influenciar as decisões e a declaração final dos líderes do G20 na reunião de cúpula de novembro de 2024. O T20 Brasil está organizado em 7 forças-tarefa que elaborarão propostas nas áreas de combate às desigualdades, fome e pobreza; ação climática sustentável e transição energética justa; reforma da arquitetura financeira internacional; comércio e investimento para o crescimento inclusivo; transformação digital; e reforma da governança global. O primeiro evento do T20 Brasil ocorreu na sede do Ipea, em Brasília, nos dias 14 e 15 de dezembro. Organizado pelo IPEA e pela *Observer Research Foundation (ORF America)* a “Conferência de Brasília sobre Justiça Social: Preparando o Cenário para a presidência brasileira do G20” contou com a participação

de gestores de políticas nacionais como a secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento do Ministério do Planejamento e Orçamento e o presidente da Dataprev, além de representantes da Agência de Desenvolvimento da União Africana, AUDA-NEPAD, e de *Think Tanks* do Brasil, Índia e África do Sul. A conferência serviu como base para oferecer continuidade ao foco na transformação digital, proteção social e ação climática durante a transição da presidência do G20 da Índia para o Brasil. As atividades do T20 Brasil ocorrerão por meio de reuniões virtuais mensais das forças-tarefa, seleção e publicação de *policy briefs* e comentários no site do T20 Brasil, além de 3 conferências a serem realizadas em março, julho e novembro de 2024. Finalmente, interessados podem propor eventos paralelos que tratem de temas relevantes para as forças-tarefa do G20 Brasil.